

Observação:

Esta resenha foi uma das finalistas no Concurso de Resenhas do Projeto Li, entendi e opinei – 2ª edição.

O trabalho obteve a classificação de **2º lugar na categoria Graduação**.

Identificação

Elaine Gonçalves Weiss de Souza¹

Livro resenhado**Referência**

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão pública de serviços sociais**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

Credenciais do autor

Samira Kauchakje é Doutora em Ciência Política (UFSCAR) e Doutora em Educação (UNICAMP). É professora no Departamento de Governança Pública da UDESC e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFPR. Foi professora pesquisadora-visitante do Departamento de Ciência Política da Universidade de *Illinois Urbana-Champaign*, nos EUA, onde realizou seu Pós-Doutoramento, além de ter atuado em vários grupos de pesquisa na área de sociologia no Brasil. Possui vasta produção científica na sua área de estudo, entre livros, capítulos de livros e artigos. É uma escritora com expertise acadêmica suficiente para elaboração de obras sobre questões públicas e sociais. Seus textos são de compreensão fácil à moderada, por meio de narrativas que pressupõemdo leitor conhecimento prévio sobre algumas temáticas sociais. O texto é trabalhado em várias partes como diálogo em que o leitor é por vezes tratado por “você”, e em outras partes na terceira pessoa do singular.

Conclusões do autor

A autora entendeu que a gestão pública social depende da conexão de alguns importantes elementos básicos, como demandas sociais, econômicas e culturais, ações sociais públicas executadas a partir de políticas públicas, programas e serviços sociais, direitos constitucionalizados e participação social nas decisões. A partir desses elementos seria possível atingir a justiça social, definida indiretamente como maneira de garantir aos cidadãos

¹ Curso: Licenciatura em História - Campus: Polo de Itajaí – SC Modalidade: EAD. E-mail: elainegws@yahoo.com.br.

o acesso efetivo a bens, serviços e riquezas societárias.

Digesto ou conhecimento

O livro está dividido em nove capítulos, ao fim de cada um dos quais há uma síntese e um questionário com perguntas objetivas e subjetivas relacionadas aos assuntos apresentados. O *primeiro capítulo* aborda o conceito de gestão social, seus objetivos e interligação com as ciências jurídicas. O *segundo capítulo* descreve o que são as condições sociais e as especificidades da população atendida pelos serviços sociais. A autora defende que as demandas sociais, quando definidas pelas características dos grupos vulneráveis ou de riscos, criam um ambiente de maior desigualdade. Além disso, distingue a questão social, por vezes expressão da desigualdade fruto de sociedades capitalistas e industriais. No momento brasileiro, a ausência de direitos sociais não é um problema, pois, estão muito bem definidos constitucionalmente. O desafio está na implementação destes direitos sociais, a partir, prioritariamente, de uma melhor redistribuição de renda e riqueza. A desigualdade econômica leva também à segregação urbanística, decorrente da ausência de políticas públicas mínimas de habitação e moradia. O *terceiro capítulo* abrange os temas dos serviços sociais e a cidadania. A autora explica que as políticas públicas sociais são previstas em leis, embasam a confecção de projetos, priorizados e posteriormente implementados, em regra, por intermédio dos servidores públicos atuantes na linha de frente do serviço social. No momento da definição das políticas públicas é fundamental observar os indicadores sociais previamente existentes. Na elaboração de políticas públicas, há grupos que precisam ser prioritariamente protegidos, seja pela idade, como crianças, jovens, idosos, seja por problemas étnicos, de gênero, e deficiências físicas. O *quarto capítulo*, que ficaria melhor situado no início da obra, explana toda a trajetória histórica da proteção social. A autora reforça que as atividades de gestão social não se equiparam aos atos de caridade de terceiros, porquanto representam uma estrutura de solidariedade política obrigatória. O *quinto capítulo* enfatiza o que são propriamente políticas públicas, definindo-as como ações estatais de planejamento para uso de recursos

públicos em determinadas áreas e setores sociais, normalmente interligados e fundados em regras legislativas. O *sexto capítulo* especifica como ocorre a inserção da participação social na organização das políticas públicas. Tal atuação da população acontece não somente no momento do voto, mas, durante toda a vida, manifestada em conselhos comunitários, associações, discussões, audiências públicas, conselhos institucionais, conferências e tantos outros agrupamentos constitucionalmente previstos. O *sétimo capítulo* trabalha as modalidades de gestão social, classificando-as como: *Particularista-Patrimonial*, que visa proteção dos bens de um grupo específico, sujeito a decisões das quais não participou; *Tecnoburocrática*, baseada exclusivamente na ciência, em formalidades, com menos influências pessoais, em que a população-alvo apenas divulga a terceiros a implementação das atividades propostas; a *Gerencial* sugere aplicação, na área pública, de princípios do setor privado, como a busca de resultados e a transparência no trato da coisa pública, e vê o cidadão como cliente; *Participativa-Societal*, vista como processo de inserção da população no controle dos atos estatais; *EmRede*, aborda várias temáticas sociais de forma articulada com diversos grupos coletivos para diminuir as formalidades compartimentalizadas na implementação de políticas públicas e alcançar viés mais democrático. O *oitavo capítulo* da obra trata do planejamento da gestão social como processo permanente e metódico em uma dimensão política. É uma estrutura material da organização prévia de uma sequência de atos decisórios lastreados por conhecimentos técnicos, teóricos e científicos, com objetivos, metodologias, propostas, análises, metas, recursos materiais, humanos, financeiros, avaliação, cronograma e vários subitens para melhor execução. Por fim, o *nono capítulo* discute a responsabilidade e o compromisso do terceiro setor no auxílio da implantação das políticas públicas. Popularmente conhecidas como Organizações Não Governamentais, estas entidades visam desempenhar funções de natureza estatal, normalmente com recursos públicos e incentivos fiscais.

Críticas do resenhista

O título do livro induz o leitor a um engano: em nenhum momento se define o conceito de gestão. Este termo pertence às ciências sociais aplicadas, com definição própria extraída da área de *business and management*. Não é um termo propriamente das ciências sociais, por isso, transmite a equivocada ideia de que o livro abordará técnicas de planejamento e execução de políticas públicas, tema restrito a uma pequena porção do oitavo capítulo. Ao discorrer sobre a gestão social, a autora por vezes abordou conceitos jurídicos. Ao mencionar as gerações dos direitos no primeiro capítulo, deixou de indicar, e isso parece um problema metodológico, que

foram inicialmente assim classificados pelo jurista tcheco-francês Karel Vasak. Conquanto seja importante a interdisciplinariedade, a autora também aborda de maneira muito superficial temáticas jurídicas que fogem ao objeto de seu *metiê*. Cumpre apontar a citação de um “estatuto” (p. 65), mas, sem indicação de sua origem. Seria crucial ao leitor desta obra receber a informação de que a maioria das estruturas de participação social tratadas no capítulo sexto não são deliberativas, apenas consultivas, e que a decisão por determinada política pública é sempre do poder legislativo e/ou executivo. A obra, em essência, trabalha a gestão social como obrigação absoluta do Estado, deixando de articular com mais ênfase as condições financeiramente limitadoras dos entes públicos, a impossibilidade da existência de um Estado social universal, e a necessidade de desenvolvimento de oportunidades para o cidadão exercer máxima autonomia, de forma menos dependente possível da estrutura estatal. Quando a leitura da obra é indicada a estudantes é imperioso destacar várias visões e teorias para reflexão. Os indicadores sociais destacados no capítulo terceiro não continham o essencial destaque textual de que, antes de serem utilizados, a fonte, a origem, o conhecimento de quem os produziu é tão relevante quanto as próprias estatísticas, e é preciso parcimônia na averiguação antes da utilização para escolha e implementação de políticas públicas. Aliados a esses apontamentos, contestam-se as afirmações contidas no segundo capítulo (p. 36), segundo a qual há uma contradição entre “crescimento econômico versus aumento ou manutenção da pobreza”. Do ponto de vista científico, muitas pesquisas demonstram que o problema não é a desigualdade, mas, a pobreza; e, além disso, que o capitalismo e a produção de riquezas estão interligados com a diminuição da pobreza. Cita-se como base científica o próprio criador do conceito de linha de pobreza para o Banco Mundial, o Professor Doutor Martin Ravallion, da Universidade de Georgetown. Em menos de uma década, mais de 1,1 bilhão de pessoas saíram da pobreza no mundo, segundo o Banco Mundial. Entre 1990 e 2015, o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, com US\$ 1,90 (R\$ 7,90) ou menos por dia, caiu de 1,9 bilhão para 735 milhões. Isto significa que a parcela da população global considerada pobre, por essa definição, caiu de 36% para 10% no mesmo período². Cumpre lembrar que, a partir da década de 1970, houve modificação no perfil da economia mundial, delinearam-se cenários onde a área financeira ganhou gradativamente mais espaço como destino principal do capital em sua busca pelo lucro. Há um *loop* que a ciência econômica já definiu: sem geração de riquezas, não há tributação, consequentemente, não se efetivam direitos sociais. Portanto, o problema da desigualdade e da pobreza estariam na gestão pública das riquezas produzidas e na escolha/execução das políticas

² Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50077214>> Acesso em 19 de julho de 2020.

públicas, ações empreendidas por pessoas eleitas, e não na produção de riqueza ou lucro.

Indicações do resenhista

Esta obra pode ser indicada para estudantes de graduação que pretendem ter os primeiros contatos com a conjuntura dos direitos sociais, de como são implementados, e das responsabilidades estatais para sua execução. Visto que ao fim de cada capítulo há perguntas, trata-se de um bom instrumento de apoio para professores e estudantes de ensino a distância.